

Aumento do IPTU será inferior a 10%, diz GDF

Aprovado na madrugada e ainda sujeito à contestação na Justiça, o reajuste fica entre 7% e 10%, segundo Valdivino

O aumento do IPTU - aprovado pela Câmara Legislativa na madrugada de ontem - não passa de 10% em toda a cidade, garantiu o secretário da Fazenda, Valdivino de Oliveira. "O aumento médio da nova planta de valores do IPTU está entre 7% e 10% para toda a cidade e existem áreas que sequer sofreram alteração" afirmou Valdivino. O secretário

exemplificou com a variação do total do IPTU de Brasília que foi de 12,6%, em relação ao ano passado. "Nós avaliamos o número de novas construções e atualizações cadastrais. Fizemos os cálculos baseados nos 144.405 imóveis em Brasília que este ano chegaram a 147.559, ou seja, 3.100 novas construções. Ao ratear o aumento pelo número de novas moradias, iremos verificar que a variação não chega a 10%", calculou Valdivino.

Outro exemplo citado pelo secretário foram as 100 novas construções em São Sebastião. "Somente neste ano as moradias subiram de 6.600 a 6.700. O aumento do IPTU na região foi de 13,6%, o que não resultará, também, em um aumento acima de 10%",

garantiu o secretário. O aumento do IPTU em Brazlândia ficou em 3,2%, Ceilândia em 5,2%, Riacho Fundo foi de 0,31% e Gama 10,14%, de acordo com Valdivino.

A sessão da Câmara Legislativa que aprovou o projeto de lei do Executivo alterando planta de valores do IPTU, ocorrida na última terça-feira, foi tumultuada e acabou aprovando o projeto, mas a oposição promete recorrer à Justiça para que a lei seja suspensa. O projeto vinha tramitando na Câmara Legislativa há algumas semanas, sem que as bancadas conseguissem entrar em consenso. Após várias reuniões e tentativas de negociações, interrupções da votação, várias questões de ordem levantadas, a oposição lançou uma última movimentação pa-

ra tentar derrubar o projeto.

A bancada do PT, juntamente com os deputados João de Deus (PDT), Alírio Neto (PPS), Renato Rainha (PL) e Rodrigo Rollemberg (PSB), vai entrar com uma ação no Tribunal de Justiça do DF, pedindo suspensão da lei. "Foi proclamado um resultado e a mesa anulou. O presidente da Câmara não poderia ter votado, o prazo de tramitação do projeto não obedeceu à regulamentação, houve falsificação de informação", garantiu o deputado Renato Rainha. O governador Joaquim Roriz tem 15 dias para sancionar a lei e, a partir daí a oposição irá iniciar batalha judicial na tentativa de suspê-la.

PATRICIA MOTTA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA